



-COACHBOOK-

SEFAZ GO

Análise estatística avançada de incidência temática
em provas anteriores da FCC



-COACHBOOK- SEFAZ-GO

Alexandre Machado e Eduardo Machado

2018

O presente material tem o objetivo de detalhar estatisticamente a recorrência de temas constantes do edital do concurso em questões de provas anteriores. Os autores não assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens, em decorrência do uso desta apostila digital.

Sumário

Sobre o CoachBook	4
Análise Global	7
Legislação Tributária	11
Contabilidade e Auditoria	17
Direito Tributário	26
Tecnologia da Informação.....	33
Finanças e Orçamento	39
Português	43
Direito Administrativo.....	46
Raciocínio Lógico e Mat. Financeira.....	51
Direito Constitucional	54
Estado de Goiás.....	59
Direito Civil e Empresarial.....	62

Sobre o CoachBook

- O que é o *CoachBook*? -

Nos últimos anos, o serviço de *coaching* para concursos públicos se tornou bastante popular. Neste tipo de serviço, basicamente, o candidato contrata alguém com experiência na área para atuar como seu *personal trainer* na preparação para a prova. Assim, o *coach* fica responsável por organizar as metas do aluno, indicando quais temas devem ser priorizados no estudo. Ocorre que o *coaching*, por demandar atendimento personalizado, acaba saindo extremamente caro, dificultando o acesso de muitos concurseiros.

O *CoachBook* surgiu com o propósito de suprir esta lacuna de forma prática e viabilizar uma preparação diferenciada com base em indicadores extraídos de provas anteriores de concursos similares. Poucas pessoas sabem que os temas previstos no edital no edital não possuem o mesmo grau de importância, já que cada banca examinadora tem o hábito de privilegiar alguns deles nas suas provas. Para se ter uma ideia da importância e do poder de organizar os estudos segundo esta lógica, em alguns casos, se o candidato souber quais temas priorizar, é possível atingir até 80% da nota de uma disciplina estudando apenas 20% ou 30% do conteúdo programático previsto no edital. Isso ocorre porque, como já mencionamos, as bancas examinadoras possuem temas “queridinhos” que se repetem incessantemente nas provas.

Neste *e-book*, você irá encontrar estatísticas de cobrança separadas por assunto que indicam as preferências da banca examinadora em certames passados e possuem o objetivo de funcionar basicamente como um *coach*, mostrando a você o caminho a ser seguido nos estudos.

- O que não é o *CoachBook*? -

Este material não é um atalho. Não estamos apresentando os temas mais importantes para que você possa simplesmente deixar de estudar os temas menos importantes. A preparação para concursos públicos é uma jornada árdua e que demanda esforço. Você deve sempre estudar o máximo que seu tempo lhe permitir (preferencialmente, todo o conteúdo programático), pois isso aumentará as suas chances de aprovação. Este *e-book* tem o propósito de facilitar a sua preparação através da apresentação de estatísticas detalhadas de provas de concursos anteriores e sugestão de ordem de estudo.

Este material não é um curso preparatório. O *CoachBook* não tem o objetivo de transmitir conteúdo das disciplinas previstas no edital, mas apenas de indicar quais temas costumam ser cobrados com maior recorrência, de modo a otimizar o seu estudo. Você precisará adquirir cursos, apostilas ou livros de sua preferência para estudar.

Este material não possui o poder de prever o futuro. Este *e-book* é um guia de estudos que visa ajudar você a obter um melhor desempenho na prova. Contudo, todas as estatísticas aqui apresentadas representam apenas tendências matemáticas de cobrança da banca examinadora, não havendo

garantias de que se concretizarão. É lógico que se espera que isso aconteça, pelo menos na maior parte das disciplinas, mas, infelizmente, ninguém no mundo pode assegurar que isso irá acontecer.

Análise Global

- Informações gerais sobre a prova -

A prova da SEFAZ-GO é composta por 2 (dois) grupos de disciplinas, cujo número de questões e pontuação respectiva se encontram no quadro abaixo:

PROVA OBJETIVA	NÚMERO DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÁXIMA
GRUPO 01		
Português	08	08
Raciocínio Lógico-Quantitativo e Matemática Financeira	06	06
Direito Constitucional	05	05
Direito Administrativo	07	07
Direito Civil/Empresarial	05	05
Finanças Públicas e Orçamento Público	10	10
Estado de Goiás	05	05
Tecnologia da Informação	14	14
GRUPO 02		
Contabilidade Geral, Avançada e Auditoria	20	40
Legislação Tributária	26	52
Direito Tributário	14	28
TOTAL	120	180

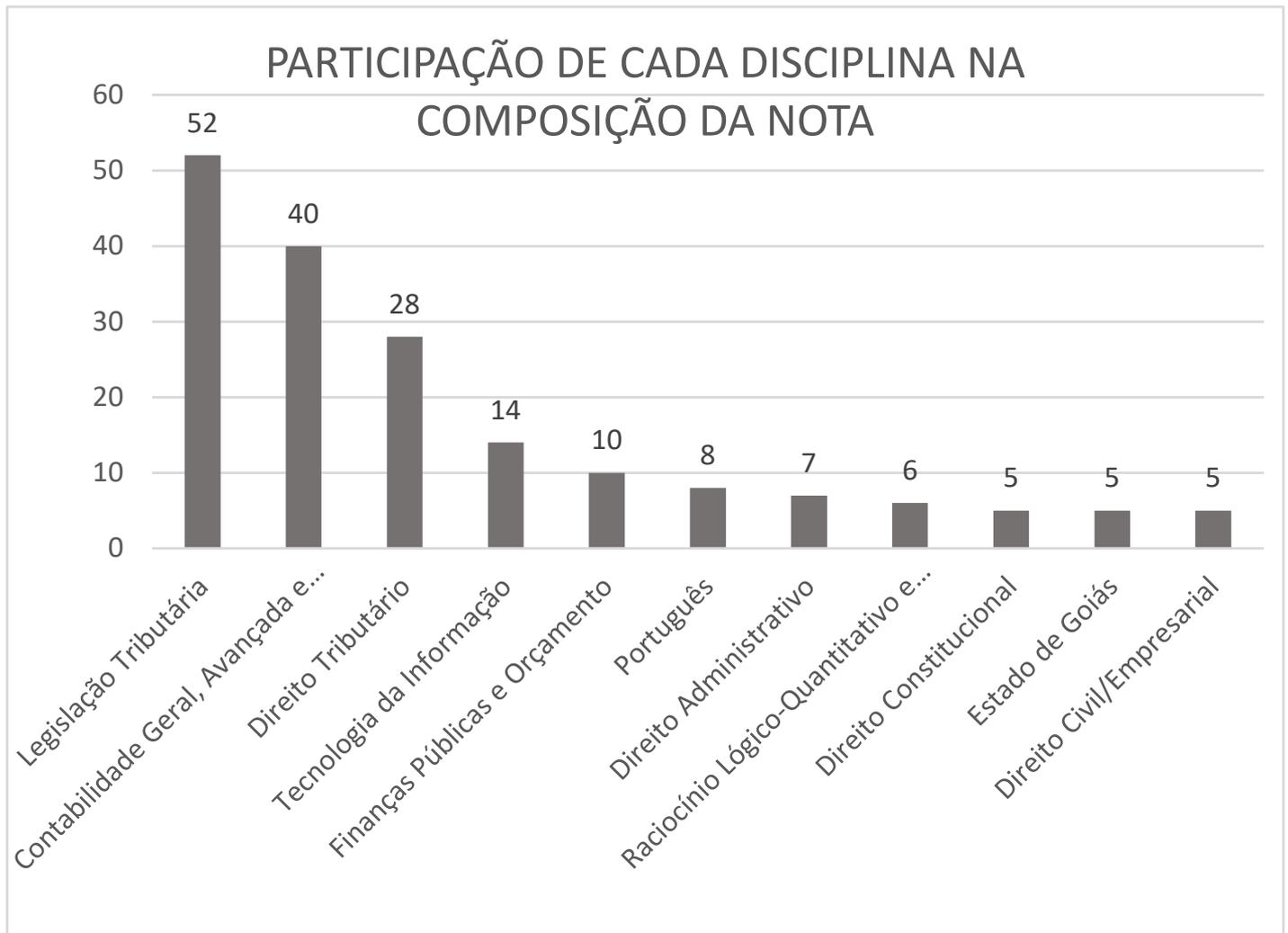
De imediato, o que podemos perceber é que as disciplinas do grupo 2 possuem importância bastante superior. Neste grupo, temos 4 disciplinas (Contabilidade, Auditoria, Legislação Tributária e Direito Tributária) que representam 2/3 da nota da prova, contra 10 disciplinas, no grupo 1, que

correspondem a 1/3 da nota da prova. Nem precisamos dizer que você deve priorizar fortemente as matérias do grupo 2, não é?

Essa deve ser a sua estratégia inicial: focar nas disciplinas que irão lhe assegurar mais pontos na prova. Só que tem um detalhe com o qual você deve tomar cuidado com relação a isso. O edital prevê que o candidato não pode zerar nenhuma disciplina na prova. Ou seja, essa estratégia não pode ser usada para deixar de estudar alguma disciplina cujo custo-benefício seja baixo, já que mesmo nestas você precisa garantir alguma pontuação.

- Grau de importância de cada disciplina -

Como já mencionamos antes, a primeira coisa que devemos analisar para organizar a nossa preparação é qual a pontuação atribuída pela banca examinadora para cada disciplina prevista no edital do concurso. Isso indicará o grau de importância que devemos dar a cada uma delas. O gráfico a seguir é bastante elucidativo neste sentido:



Como você pode perceber, há uma enorme discrepância de pontuação entre as disciplinas, o que nos ajudará a nortear o estudo para a prova. Por exemplo, a disciplina Legislação Tributária representa, sozinha, mais de 28% da pontuação total. Expondo o dado de outra forma, podemos dizer que apenas esta disciplina corresponde a quase $1/3$ (um terço) da prova. Portanto, ela deve ser priorizada de forma absoluta no seu estudo. A lógica se aplica também às demais, cuja ordem de importância pode ser facilmente visualizada no gráfico acima.

A priorização de algumas disciplinas deve ser feita com o objetivo de garantir a assimilação dos temas mais relevantes. Ela jamais deve ser utilizada como forma de deixar de estudar algum ponto trazido pelo edital. Por quê? Primeiro, porque estamos falando de concurso público e, em concurso público, leva a vaga quem tiver a maior nota. Sendo assim, quem está se preparando não pode correr o risco de deixar a concorrência levar a melhor. Você sempre deve dar o melhor de si e buscar o melhor resultado possível (de preferência, o 1º lugar). Segundo, porque o próprio edital prevê a eliminação do candidato que zerar a prova de alguma disciplina. Então, mesmo nas matérias menos relevantes, como Direito Civil e Direito Empresarial, você deve acertar pelo menos uma questão para não ser excluído automaticamente do certame.

Agora que finalizamos essa parte inicial da nossa análise, partiremos para a verificação da incidência dos tópicos das disciplinas exigidas no concurso da SEFAZ-GO em provas anteriores realizadas pela FCC. Vale a pena registrar que o presente material contém as disciplinas organizadas por ordem de importância, já que isso tende a facilitar a visualização da estratégia que deve ser adotada pelos candidatos para aumentar as chances de aprovação.

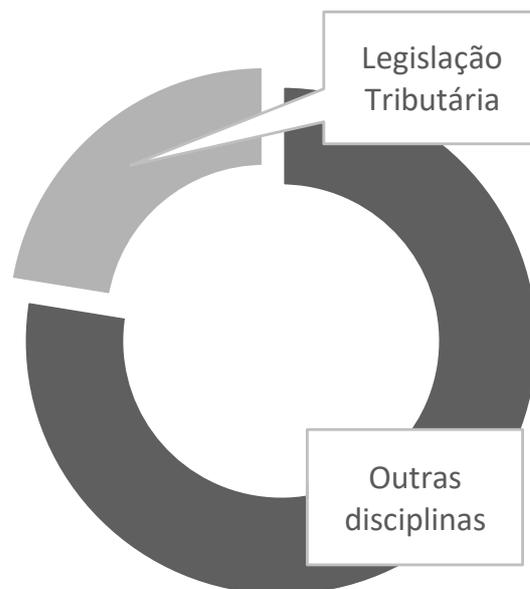
Legislação Tributária

- Informações básicas -

Nº de questões na prova: 26 questões

Peso da disciplina: 2

Pontuação: 52/180 pontos



- Conteúdo programático previsto no edital -

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL. 1. Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, que institui o Código Tributário do Estado de Goiás. 2. Lei Complementar estadual nº 104, de 09 de outubro de 2013, que institui o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás. 3. Lei nº 16.469/09, que regulamenta o processo administrativo tributário e dispõe sobre os órgãos vinculados ao julgamento administrativo de questões de natureza tributária. 4. Título V, Capítulos IV e IV-A. Título IV, Capítulo I do Decreto nº 4.852, de 29 de dezembro de 1997, que regulamenta a Lei Estadual nº 11.651/91, que instituiu o Código Tributário do Estado de Goiás. 5. Títulos I, II, III, IV, V e VI, capítulo I, seção I do Anexo VIII do Decreto nº 4.852/97, que trata da substituição tributária do ICMS. 6. Capítulo I e V do Anexo IX do Decreto nº 4.852/97, que trata dos benefícios fiscais. 7. Capítulos I, II, V, VII,

VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XV, XVI e XVII do Anexo XII do Decreto nº 4.852/97, que cuida de operações especiais. 8. Capítulos IV, VI, VIII e X do Anexo XIII do Decreto nº 4.852/97, que trata dos procedimentos especiais aplicáveis a determinadas atividades econômicas. 9. Anexo XV do Decreto nº 4.852/97, que trata das operações e prestações que destinem mercadoria, bem ou serviço a consumidor final não contribuinte, localizado no Estado de Goiás. 10. Ajuste SINIEF nº 07/05, que Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, Cláusulas I, II, II-A, III, IV, V, VI e IX. 11. Decreto nº 9.104, de 05 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o pagamento do ICMS relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual pelo contribuinte optante pelo Simples Nacional, nas aquisições de mercadorias destinadas à comercialização ou produção rural e altera o Anexo IX do RCTE.

- Detalhamento estatístico do conteúdo -

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	INCIDÊNCIA EM PROVAS ANTERIORES	PONTUAÇÃO ESTIMADA NA PROVA DA SEFAZ-GO
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA		
ICMS	60,24%	17%
Processo Administrativo Tributário	15,43%	4%
ITCMD	9,79%	3%
IPVA	9,50%	3%
Administração Tributária	2,08%	1%
Taxas	0,89%	0%
Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte	0,89%	0%
Parcelamentos	0,59%	0%
Noções de Direito Tributário	0,30%	0%
Nota Fiscal	0,30%	0%
Contribuições de Melhoria	0,00%	0%
Benefícios Fiscais	0,00%	0%
TOTAL	100%	28,89%

- Recomendações de estudo -

Primeiramente, é importante registrar que não há como analisar a incidência de questões levando em consideração os itens do edital, uma vez que ele faz referência a leis e atos normativos esparsos, que, muitas vezes, tratam sobre mais de um tema. Por isso, isolamos as temáticas objeto de cobrança da disciplina Legislação Tributária e analisamos a recorrência destes assuntos em provas anteriores.

De acordo com as informações constantes da tabela acima, facilmente se percebe uma relevância nos temas ligados aos **impostos em espécie (ICMS, ITCMD, IPVA) e ao Processo Administrativo Tributário**, já que estes apresentam cerca de 95% de incidência em questões anteriores. Esses tópicos estão previstos em diversas leis e atos normativos listados no edital, sendo importante que você localize os títulos/capítulos referentes a eles, uma vez que estes dispositivos apresentam maior probabilidade de cobrança em prova.

Caso você não saiba, ICMS, ITCMD e IPVA são abreviações para os três impostos de competência estadual: Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação e Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

Como você deve imaginar, Legislação tributária é uma matéria bastante literal, sendo de enorme relevância o estudo direto da lei. Se você optar por estudar por um curso em vídeo ou em PDF, ainda assim é recomendável que você faça a leitura da legislação.

Conforme o histórico de cobrança da banca examinadora, os seguintes tópicos do edital tendem a ser mais relevantes para a sua prova, lembrando que você sempre deve priorizar aqueles quatro temas que destacamos anteriormente (ICMS, Processo Administrativo Tributário, ITCMD e IPVA):

- Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, que institui o Código Tributário do Estado de Goiás;

- Lei nº 16.469/09, que regulamenta o processo administrativo tributário e dispõe sobre os órgãos vinculados ao julgamento administrativo de questões de natureza tributária;
- Títulos I, II, III, IV, V e VI, capítulo I, seção I do Anexo VIII do Decreto nº 4.852/97, que trata da substituição tributária do ICMS;
- Anexo XV do Decreto nº 4.852/97, que trata das operações e prestações que destinem mercadoria, bem ou serviço a consumidor final não contribuinte, localizado no Estado de Goiás;
- Decreto nº 9.104, de 05 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o pagamento do ICMS relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual pelo contribuinte optante pelo Simples Nacional, nas aquisições de mercadorias destinadas à comercialização ou produção rural e altera o Anexo IX do RCTE

Isso significa que posso deixar de estudar os demais tópicos? A resposta é um sonoro NÃO! Essa disciplina provavelmente é a que tem maior importância na sua prova, já que representa cerca de 28% da pontuação total. Em outras palavras, quase 1/3 da nota total está vinculado ao desempenho do candidato em Legislação Tributária. Portanto, não poupe esforços em estudá-la, priorizando os temas de maior relevância, mas sem deixar de lado o estudo dos temas de menor incidência, já que estes podem fazer toda a diferença no resultado e colocar você na frente da concorrência. É lógico que você pode priorizar os temas que costumam ter uma cobrança mais incisiva, pulando os temas menos cobrados para adiantar o estudo de outra disciplina, mas não

deixe de voltar em um momento posterior para finalizar o programa da disciplina Legislação Tributária.